
Sen.

Acesso à tv e rádio sai breve: Sarney

A decisão sobre a reforma da lei Falcão - que disciplina o acesso dos políticos e partidos ao rádio e televisão, 60 dias antes das eleições, deverá ser tomada na reunião do Conselho de Desenvolvimento Político do Governo, na próxima semana, no Palácio do Planalto. Isto é o que ficou acertado, ontem, na reunião de duas horas e meia entre o presidente do PDS, senador José Sarney, e o ministro Ibrahim Abi-Ackel, no Ministério da Justiça.

A informação foi prestada por um assessor direto do ministro da Justiça, embora o senador José Sarney, após o encontro com Abi-Ackel, não tenha se pronunciado a respeito, afirmando, apenas, que discutiram três temas: o primeiro, a própria reforma da "lei Falcão", o segundo, a aplicação do voto distrital a partir de 1.986, e o último, um balanço sobre as condições do PDS nas eleições de 15 de novembro.

Indagado sobre a realização, ou não, da reforma da legislação, ainda este ano, o presidente do PDS, evasivamente, disse achar "que o ministro está tratando do assunto e, só o fato de ele ter tido a gentileza de chamar-me para discuti-lo, demonstrar que está sabendo que o tema deve ser tratado com brevidade, de vez que já estamos perto do início da propaganda eleitoral gratuita".

Sobre os itens principais da possível reforma, José Sarney apenas comentou que, no encontro com Ackel, os dois lembraram que a posição do PDS está consubstanciada no relatório entregue à Presidência da República, onde se define que o partido do governo reivindica dois pontos básicos. Um, determinando que o tempo de acesso ao rádio e à televisão seja dividido proporcionalmente às bancadas (onde o PDS tem maioria) e o outro, que a propaganda gratuita seja da exclusiva responsabilidade dos partidos políticos, que destinarão seu tempo da melhor maneira que acharem. Assim, observou, "se o partido quiser fazer debate, o fará".